

Advogada de delatores diz que encerrará carreira após “ameaças”

A advogada Beatriz Catta Preta, que chegou a representar nove delatores na operação “lava jato”, afirma que desistiu da advocacia depois de ter sofrido ameaças de forma “velada” e “cifrada”. “Depois de tudo o que está acontecendo, e por zelar pela segurança da minha família, dos meus filhos, eu decidi encerrar a minha carreira na advocacia. Eu fechei o [meu] escritório”, declarou na edição desta quinta-feira (30/7) ao *Jornal Nacional*, da Rede Globo.

Catta Preta [renunciou à defesa](#) de clientes neste mês, depois que a CPI da Petrobras autorizou sua convocação para explicar a origem do dinheiro que pagou seus honorários. Isso ocorreu após um de seus clientes, Julio Camargo, ter citado em depoimento o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

“[O episódio] aumentou essa pressão, aumentou essa tentativa de intimidação”, disse na entrevista. Ela afirmou ter se sentido intimidada por todos os integrantes da comissão que votaram por convocá-la, sem citar nomes. Declarou ainda que não poderia falar sobre os honorários, pela prerrogativa do sigilo profissional, mas garantiu que todos foram recebidos de forma regular, no Brasil, com nota fiscal e “impostos recolhidos”.

Reprodução



Beatriz Catta Preta ficou conhecida por defender delatores na "lava jato".

A advogada disse também que seu cliente só citou agora o presidente da Câmara porque tinha receio anteriormente. Segundo ela, Julio Camargo agora “assumiu o risco”, já que delatores podem perder benefícios se mentirem ou omitirem fatos.

Beatriz ainda negou notícias de que planejava deixar o país — desde 2014, ela tem uma empresa registrada na Flórida (EUA), conforme a *Folha de S.Paulo*. A advogada disse que apenas viajou ao exterior com os filhos, como costuma fazer no período de férias escolares.

Nesta quinta, o Supremo Tribunal Federal [declarou que ela está livre de depor](#) na comissão. “É inadmissível que autoridades com poderes investigativos desbordem de suas atribuições para transformar defensores em investigados, subvertendo a ordem jurídica”, afirmou o presidente da corte, ministro



Ricardo Lewandowski, pedido de Habeas Corpus apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Perfil

Beatriz tem 40 anos de idade e atendia num escritório no Jardim Europa, na capital paulista. Graduiu-se em Direito pela Universidade Paulista (Unip) em 1999, de acordo com o jornal *O Globo*, e é pós-graduada na FGV em Direito Penal Empresarial. Herdou o sobrenome do marido, com quem vive no município de Barueri, na Grande São Paulo.

Seu nome gerou controvérsia entre criminalistas que atuam na “lava jato”. “Os advogados podem criticar, gostar ou não. Eu acredito na delação como meio de defesa. É prevista em lei, agora regulamentada pela Lei 12.850. É sim um meio eficaz de defesa quando o réu se vê sem outra saída”, afirmou em fevereiro ao blog do jornalista Fausto Macedo, do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Defesa no mensalão

Não foi apenas na “lava jato” que Beatriz Catta Preta criou polêmica ao orientar clientes a fazer delações premiadas. Na Ação Penal 470, o processo do mensalão, seu cliente, o doleiro Lúcio Funaro, foi livrado da condenação ao se tornar um delator.

Funaro também tem ligações com o deputado Eduardo Cunha. Ao ser investigado pela CPI dos Correios, o doleiro teve de explicar os motivos que o levavam a pagar aluguel, condomínio e outras despesas do apartamento ocupado por Cunha no flat Blue Tree Tower, em Brasília, em 2003, segundo noticiou, à época, o jornal *O Globo*.

Date Created

30/07/2015